



Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024



VIVA RIO

CNPJ: 00.343.941/0001-28

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024



Rua do Russel, 76, Gloria, Rio de Janeiro-RJ
Cep: 22211-120
www.vivario.org.br

SUMÁRIO

	<u>Páginas</u>
Sobre o Viva Rio	3
Relatório dos Auditores Independentes	4
Nosso Impacto	7
Relatório da Administração	10
Balanço Patrimonial	15
Demonstração do Resultado	16
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	17
Demonstração dos Fluxos de Caixas	18
Notas Explicativas	19–35
1. Contexto Operacional	19
2. Base de Apresentação	20
3. Principais Políticas Contábeis	21
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	23
5. Valores a Receber	24
6. Outros Créditos	25
7. Ativo Intangível	25
8. Obrigações a Pagar	26
9. Repasses de Recursos a Realizar	27
10. Contingências Judiciais	28
11. Segregação do Resultado por Área de Atuação	29
12. Atividades Próprias	31
13. Imunidade e Isenção Tributária	33
14. Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS	33

15. Cobertura de Seguros	34
16. Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos	34
17. Compromisso e outras obrigações acessórias	35



SOBRE O VIVA RIO

História, Missão e Impacto Social



32 Anos de História

Fundado em dezembro de 1993, como resposta da sociedade civil às chacinas da Candelária e de Vigário Geral, acumulando três décadas de luta pela paz.



Nossa Missão

Gerar oportunidades para territórios vulneráveis, buscando soluções inovadoras para romper a lógica das violências e desigualdades sociais.



Áreas de Atuação

Iniciativas integradas em saúde, assistência social, direitos humanos, esporte, educação, meio ambiente e geração de renda/emprego.



DNA Transformador

Busca constante por entendimentos, solidariedade e transformação social através de uma gestão eficiente, transparente e humana.

VIVARIO

CNPJ: 00.343.941/0001-28

**“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS”****Opinião sobre as Demonstrações Contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do **VIVARIO** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase**Retificação dos valores correspondentes**

Chamamos atenção à nota explicativa nº 2 item 2.4. às demonstrações contábeis (Balanço, DRP, DMPL e DFC), que apresenta a indicação de lançamento equivocado em exercícios anteriores no grupo de contas do “Passivo Circulante”, tendo o ajuste ocorrido no exercício de 2025. Com isso, o **VIVARIO** nas respectivas Demonstrações Contábeis, está rerepresentando os valores correspondentes ao exercício de 2024, utilizados para fins de comparação, como previsto na NBC TG 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

NOSSOS ESCRITÓRIOS**São Paulo**Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO**Recife**

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f /audisa.consultores

t @grupoaudisa

in /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri/SP, 07 de abril de 2026.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP "S" "RJ" 024298/O-3

Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior
Sócio Contador
CRC/RS "S" "RJ" 058.252/O-1
CNAI/RS – 718
CVM Ato Declaratório nº. 7710/04

Ana Paula de F. da Paixão de Oliveira
Sócio Contador
CFC/RJ "S" "RJ" 079557/O-9

NOSSOS ESCRITÓRIOS**São Paulo**

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO**Recife**

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

NOSSO IMPACTO



6 MILHÕES

atendimentos realizados via SUS em 2025
(aproximadamente)



+ de 6 MIL

atendimentos realizados pelo Núcleo de
Desenvolvimento Social em 2025



+ de 4 MIL

empregos gerados em 2025

URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Produção e Indicadores 2025

ANO 2025

1,2^{M+}

ATENDIMENTOS

Volume total de atendimentos realizados nas unidades de urgência e emergência durante o ano.

2,7^{M+}

EXAMES REALIZADOS

Procedimentos diagnósticos e laboratoriais executados para suporte à decisão clínica.

1/4

TEMPO DE ESPERA

Média de espera nas classificações verde e amarelo reduzida drasticamente em relação ao protocolo.

DO TEMPO PROTOCOLAR ESTABELECIDO

ATENÇÃO BÁSICA E SAÚDE MENTAL

População Acompanhada e Capacidade Instalada 2025

📅 ANO 2025



1,78^{M+}

PESSOAS ACOMPANHADAS

Total de 1.781.314 cidadãos cadastrados e acompanhados regularmente pelas equipes de saúde da família e mental.



495

EQUIPES ATIVAS

Sendo 473 equipes de Atenção Primária e 22 equipes dedicadas à Atenção Prisional, garantindo cobertura territorial.



113

UNIDADES DE REDE

Rede composta por 76 unidades de Atenção Primária e 37 serviços especializados de Saúde Mental (RAPS).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2025

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Associados,

Apresentamos o Relatório da Administração referente ao exercício de 2025, acompanhado das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas.

O ano de 2025 foi marcado pela continuidade e ampliação das atividades da entidade, com forte atuação nas áreas de assistência social, projetos socioambientais e apoio à gestão de saúde pública, mantendo nosso compromisso com impacto social, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos.

Ao mesmo tempo, o exercício evidenciou desafios relevantes, especialmente no campo da gestão financeira e da liquidez, que estão sendo tratados como prioridades estratégicas pela Administração.

2. CONTEXTO OPERACIONAL

A entidade manteve sua atuação estruturada em três eixos principais:

- **Assistência Social**, com foco em serviços tipificados e atendimento a populações em situação de vulnerabilidade;
- **Atividades socioambientais, culturais e desportivas**, por meio de projetos próprios e parcerias;
- **Gestão de Saúde**, com execução de contratos e parcerias com a Administração Pública.

A atuação na área de saúde permaneceu como a de maior volume financeiro, sendo caracterizada pela execução de recursos com destinação específica e sem impacto direto no resultado econômico da entidade.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 Resultado do Exercício

No exercício de 2025, a entidade apurou um **superávit de R\$ 2,19 milhões**, representando evolução em relação ao exercício anterior.

Esse resultado é decorrente, principalmente, do desempenho das atividades próprias, uma vez que:

- As operações de gestão de saúde são executadas com recursos vinculados e, portanto, apresentam resultado neutro;



Rua do Russel, 76, Gloria, Rio de Janeiro-RJ

Cep: 22211-120

www.vivario.org.br

- As atividades com recursos livres foram responsáveis pela geração do superávit.

3.2 Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido atingiu **R\$ 3,48 milhões**, evidenciando recuperação em relação aos exercícios anteriores.

Apesar da evolução positiva, a Administração reconhece que o nível patrimonial ainda é reduzido frente ao volume de operações, o que reforça a necessidade de fortalecimento estrutural ao longo dos próximos períodos.

4. ANÁLISE DE LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA

Um dos principais pontos de atenção do exercício foi a **redução do saldo de caixa**, que passou de aproximadamente R\$ 102 milhões para R\$ 41 milhões.

Essa variação decorre, principalmente, de:

- Crescimento expressivo dos valores a receber;
- Descasamento entre o reconhecimento contábil das receitas (regime de competência) e o efetivo recebimento financeiro.

A entidade executou suas atividades, reconheceu receitas e despesas, porém parte relevante dos recursos financeiros ainda não foi recebida até o encerramento do exercício.

Esse cenário não compromete o resultado contábil, mas exige atenção na gestão do capital de giro e da liquidez.

5. VALORES A RECEBER

Os valores a receber totalizaram **R\$ 362 milhões**, representando crescimento significativo em relação ao exercício anterior.

Esses valores são integralmente vinculados a contratos e parcerias com a Administração Pública, especialmente na área de gestão de saúde, e refletem:

- Obrigações já executadas pela entidade;
- Recursos ainda não repassados pelos entes públicos contratantes.

A Administração entende que tais valores possuem lastro contratual, sendo o principal risco relacionado ao prazo de recebimento e não à sua realização.

6. OBRIGAÇÕES E ESTRUTURA DE PASSIVOS

As obrigações a pagar atingiram **R\$ 321 milhões**, com destaque para:

Rua do Russel, 76, Gloria, Rio de Janeiro-RJ

Cep: 22211-120

www.vivario.org.br

- Provisões trabalhistas;
- Obrigações com fornecedores;
- Encargos tributários e previdenciários retidos.

O aumento das obrigações acompanha o crescimento operacional da entidade, especialmente nas atividades vinculadas à gestão de saúde.

7. CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A entidade mantém provisões para contingências judiciais classificadas como de perda provável, totalizando aproximadamente **R\$ 39 milhões**.

Adicionalmente, existem contingências classificadas como possíveis, que não demandam provisão contábil neste momento.

A Administração, com base em pareceres jurídicos, entende que os valores registrados são adequados e suficientes para cobrir eventuais perdas prováveis.

8. RESULTADO POR ÁREA DE ATUAÇÃO

- **Assistência Social:** apresentou leve déficit no período, refletindo a natureza dessas atividades, que dependem de financiamento externo;
- **Demais atividades próprias:** geraram superávit, contribuindo para o resultado global;
- **Gestão de Saúde:** apresentou resultado neutro, conforme esperado.

Esse cenário reforça a importância da diversificação de receitas e do fortalecimento das fontes de recursos livres.

9. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Durante o exercício de 2025, foram identificados ajustes relacionados a exercícios anteriores, especialmente quanto ao reconhecimento de despesas e estimativas contábeis.

Esses ajustes foram devidamente refletidos nas demonstrações, com representação dos períodos comparativos, em conformidade com as normas contábeis vigentes.

A Administração reforça que tais procedimentos demonstram o compromisso com a transparência e a qualidade das informações financeiras.

10. PRINCIPAIS RISCOS E DESAFIOS

A análise do exercício permite destacar como principais pontos de atenção:

Rua do Russel, 76, Gloria, Rio de Janeiro-RJ
Cep: 22211-120
www.vivario.org.br

- **Liquidez e gestão de caixa**, em função do descasamento entre execução e recebimento;
- **Dependência de recursos públicos**, especialmente na área de saúde;
- **Baixo nível de patrimônio líquido**, frente ao volume de operações;
- **Exposição a contingências trabalhistas e cíveis.**

11. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA 2026

Diante do cenário apresentado, a Administração definiu como prioridades:

11.1 Gestão Financeira

- Fortalecimento do controle de fluxo de caixa;
- Monitoramento intensivo dos valores a receber;
- Negociação de prazos e condições com fornecedores e parceiros.

11.2 Diversificação de Receitas

- Ampliação da captação de recursos privados;
- Desenvolvimento de novas parcerias institucionais;
- Redução gradual da dependência de recursos públicos.

11.3 Fortalecimento Patrimonial

- Geração de superávits recorrentes;
- Formação de reservas institucionais;
- Melhoria da estrutura de capital.

11.4 Governança e Controles

- Aperfeiçoamento dos processos contábeis;
- Reforço dos controles internos;
- Monitoramento contínuo de riscos operacionais e financeiros.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de 2025 demonstra uma entidade:

- Operacionalmente robusta;
- Com capacidade de geração de resultado nas atividades próprias;

- Comprometida com a transparência e a boa governança.

Ao mesmo tempo, evidencia desafios relevantes, especialmente na gestão da liquidez e no fortalecimento estrutural.

A Administração reafirma seu compromisso com a sustentabilidade financeira, a integridade das informações e a continuidade das ações de impacto social.

13. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos:

- Associados, pela confiança;
- Colaboradores, pelo empenho;
- Parceiros e financiadores, pelo apoio contínuo.

Seguimos comprometidos com a missão institucional e com a geração de valor social.

Pedro Daniel Strozemberg

Diretor Executivo

Exercício 2025



VIVA RIO

CNPJ: 00.343.941/0001-28

BALANÇO PATRIMONIAL

EM REAIS

DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM

	<u>N.E.</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>01/01/2024</u>
			Reapresentado	Reapresentado
ATIVO				
ATIVO CIRCULANTE		414.411.112	368.705.298	340.958.286
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	41.529.504	102.727.856	116.136.633
VALORES A RECEBER	5	362.120.302	257.396.560	215.263.340
OUTROS CRÉDITOS	6	10.761.306	8.580.882	9.558.313
ATIVO NÃO CIRCULANTE		428.567	446.634	480.808
IMOBILIZADO		428.567	428.567	428.567
INTANGÍVEL	7	-	18.067	52.241
TOTAL DO ATIVO		414.839.679	369.151.932	341.439.094
	<u>N.E.</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>01/01/2024</u>
			Reapresentado	Reapresentado
PASSIVO				
PASSIVO CIRCULANTE		372.230.060	323.213.295	300.228.668
OBRIGAÇÕES A PAGAR	8	321.116.876	266.249.740	254.686.205
REPASSE DE RECURSOS A REALIZAR	9	51.113.184	56.963.555	45.542.463
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		39.122.927	44.643.420	40.623.631
CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS	10	39.122.927	44.643.420	40.623.631
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.486.692	1.295.217	586.795
PATRIMÔNIO SOCIAL		1.295.217	586.795	(3.759.269)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	11	2.191.475	708.422	4.346.064
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		414.839.679	369.151.932	341.439.094

As notas explicativas (N.E.) são parte integrante das demonstrações financeiras

Pedro Daniel Strozenberg
Diretor Executivo
CPF.: 012.240.057-75

Rodrigo Napolitano dos Santos
Contador
CRC-RJ 107.680/O-0



Rua do Russel, 76, Gloria, Rio de Janeiro-RJ
Cep: 22211-120
www.vivario.org.br

VIVA RIO

CNPJ: 00.343.941/0001-28

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EM REAIS

DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM

	<u>N.E.</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
			Reapresentado
DOAÇÕES E RECURSOS SEM RESTRIÇÃO DE USO	12.1	18.863.822	24.703.942
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES	12.2	(13.581.379)	(22.845.414)
(-) SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS TIPIFICADOS		(10.961.303)	(19.930.137)
(-) PROJETOS SOCIO AMBIENTAIS, CULTURAIS E DESPORTIVOS		(2.620.076)	(2.915.277)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT BRUTO		5.282.443	1.858.528
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(3.317.213)	(1.129.224)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS	12.3	(3.317.213)	(1.129.224)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.965.230	729.304
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		226.245	(20.882)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO DO PERÍODO		2.191.475	708.422

*As notas explicativas (N.E.) são parte integrante das demonstrações financeiras***Pedro Daniel Strozenberg**

Diretor Executivo

CPF.: 012.240.057-75

Rodrigo Napolitano dos Santos

Contador

CRC-RJ 107.680/O-0

VIVA RIO

CNPJ: 00.343.941/0001-28

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM REAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT / DÉFICIT PERÍODO	TOTAL
SALDO INICIAL EM 1º DE JANEIRO DE 2024 - ORIGINAL	(2.142.394)	4.346.064	2.203.670
RETIFICAÇÃO DE ERROS, REFERENTES A EXERCÍCIOS ANTERIORES, IDENTIFICADOS EM 2025	(1.616.875)	-	(1.616.875)
SALDO INICIAL EM 1º DE JANEIRO DE 2024 - REAPRESENTADO	(3.759.269)	4.346.064	586.795
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DE 2023	4.346.064	(4.346.064)	-
APURAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DE 2024	-	654.063	654.063
RETIFICAÇÃO DE ERROS, REFERENTES AO EXERCÍCIO 2024, IDENTIFICADOS EM 2025	-	54.359	54.359
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	586.795	708.422	1.295.217
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DE 2024	708.422	(708.422)	-
APURAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DE 2025	-	2.191.475	2.191.475
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	1.295.217	2.191.475	3.486.692

*As notas explicativas (N.E.) são parte integrante das demonstrações financeiras***Pedro Daniel Strozenberg**Diretor Executivo
CPF.: 012.240.057-75**Rodrigo Napolitano dos Santos**Contador
CRC-RJ 107.680/O-0

VIVA RIO

CNPJ: 00.343.941/0001-28

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM REAIS

DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u> Reapresentado
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO DO PERÍODO	2.191.475	708.422
(+) DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	18.067	34.174
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT AJUSTADO	2.209.542	742.596
(+/-) VARIAÇÕES ATIVOS OPERACIONAIS DE CURTO E LONGO PRAZO	(106.904.166)	(41.155.789)
(+/-) VARIAÇÕES PASSIVOS OPERACIONAIS DE CURTO E LONGO PRAZO	43.496.272	27.004.416
(=) CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(61.198.352)	(13.408.777)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(=) CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	-
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
(=) CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
(=) AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	(61.198.352)	(13.408.777)
(+) SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	102.727.856	116.136.633
(=) SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	41.529.504	102.727.856

As notas explicativas (N.E.) são parte integrante das demonstrações financeiras

Pedro Daniel Strozenberg
Diretor Executivo
CPF.: 012.240.057-75

Rodrigo Napolitano dos Santos
Contador
CRC-RJ 107.680/O-0

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A VIVA RIO (Entidade) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade de lucro, constituída como associação, que, de forma continuada, permanente e planejada, presta serviços, executa programas e/ou projetos dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal; observando os princípios da assistência social.

As demonstrações financeiras da VIVA RIO abrangem todas as ações da Entidade, incluindo as parcerias com Administração Pública de todas as esferas (Federal, Estadual e Municipal).

Em 2025, a Entidade aplicou seus recursos integralmente no desenvolvimento das suas finalidades institucionais, compreendendo a realização das seguintes atividades e áreas de atuação:

a) Assistência Social

- a.1) Convivência e fortalecimento de vínculos;
- a.2) Proteção em situações de calamidades públicas e de emergências;
- a.3) Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro;
- a.4) Sistematização e disseminação de projetos inovadores de inclusão cidadã, que possam apresentar soluções alternativas para enfrentamento da pobreza, a serem incorporadas nas políticas públicas;
- a.5) Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades, cadeias organizativas, redes de empreendimentos e à geração de renda;
- a.6) Promoção da defesa e direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos;
- a.7) Habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua interação à vida comunitária;
- a.8) Promoção da integração ao mercado de trabalho.

b) Socioambiental, Filantrópico e Desportivo (Demais Atividades Próprias)

- b.1) Sensibilização socioambiental e promoção de geração de renda em comunidades e ambientes rurais;
- b.2) Integração de interesses essenciais à melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos;
- b.3) Promoção da cultura de paz e viabilização da inclusão social;
- b.4) Prática de desporto de participação, de formação e de rendimento.

c) Saúde em Rede (Gestão de Saúde)

- c.1) Apoio no gerenciamento das ações de saúde, mediante instrumentos de parceria público-privada com a Administração Pública (Federal, Estadual e Municipal);
- c.2) Apoio técnico a projetos de qualificação de profissionais para atuação na área de informação, comunicação e educação popular, referentes à promoção da saúde, que atuem na Estratégia Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde, mediante instrumentos de parceria público-privada com a Administração Pública (Federal, Estadual e Municipal).

NOTA 02 – BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de Preparação

a) Declaração de Conformidade

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2023, além da observância à Lei nº 6.404/76 e suas alterações, a Entidade declara, de forma explícita e sem reservas, que em todas as circunstâncias, a representação apropriada é obtida pela conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; relacionados a seguir:

- i. Resolução CFC n.º 1.330/2011 – aprova a ITG 2000 – Escrituração Contábil;
- ii. Resolução CFC n.º NBCTGEC/2019 – aprova a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;
- iii. Resolução CFC n.º 1.185/2009 e suas alterações – aprova NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- iv. Resolução CFC n.º 1.409/2012 e suas alterações – aprova a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucro;
- v. Demais NBC TGs completas, quando aplicáveis.

2.2. Moeda funcional e Moeda de Apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Entidade atua. Todos os saldos foram arredondados para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CFC exige que a Entidade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.4. Reapresentação Retrospectiva

Reapresentação retrospectiva é a correção do reconhecimento, da mensuração e da divulgação de valores de elementos das demonstrações financeiras, como se um erro de períodos anteriores nunca tivesse ocorrido.

a) Retificação de Erros

Durante o exercício de 2025, a Entidade identificou que as despesas inerentes aos instrumentos de parceria com a Administração Pública, relacionados a aplicação específica nas atividades de Gestão de Saúde, foram erroneamente reconhecidas na execução anterior ao exercício social de 2024; motivando um decréscimo de R\$ 1.796.270 no montante de valores a receber e de R\$ 179.395 nas obrigações a pagar; apresentados originalmente.

Ainda, por motivo de reavaliação de critérios das provisões para contingências em processos judiciais, o montante de R\$ 54.359 foi ajustado ao superávit do exercício de 2024 apresentado originalmente.

Os erros foram retificados pela reapresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores afetados.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras, referentes ao exercício de 2024 e em exercícios anteriores ao de 2024, da Entidade:

31/12/2024

01/01/2024

Descrição	Original	Ajuste	Reapresentação	Original	Ajuste	Reapresentação
Ativo						
VALORES A RECEBER	259.131.115	61.715	257.396.560	217.059.610	(1.796.270)	215.263.340
Passivo						
OBRIGAÇÕES A PAGAR	266.429.135	-	266.249.740	254.865.600	(179.395)	254.686.205
CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS	44.636.064	7.356	44.643.420	40.623.631	-	40.623.631
Patrimônio Líquido						
PATRIMÔNIO SOCIAL	2.203.670	-	586.795	(2.142.394)	(1.616.875)	(3.759.269)
RESULTADO DO PERÍODO	654.063	54.359	708.422	4.346.064	-	4.346.064

NOTA 03 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

3.2. Princípio da Competência

As receitas e as despesas são devidamente reconhecidas, respeitando-se o princípio da competência.

O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, pressupondo a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

3.3. Segregação de Atividades

As contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas considerando a segregação de atividades, no que couber.

3.4. Recursos com Restrição de Uso – Aplicação Específica

As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos, e as respectivas despesas são registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade.

Os registros contábeis são segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais, financiadores, parceiros, reguladores e usuários em geral.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa apenas quando possui vencimento de curto prazo, de cerca de três meses ou menos da data de aquisição. Saldos bancários a descoberto decorrentes de empréstimos obtidos por meio de instrumentos como cheques especiais ou contas-correntes são geralmente considerados como atividades de financiamento similares aos empréstimos. Entretanto, se eles são exigíveis contra apresentação e formam uma parte integral da administração do caixa da entidade, devem ser considerados como componentes do caixa e equivalentes de caixa.

(i) Equivalentes de Caixa – Aplicação Financeira

Ao final de cada período de referência, a Entidade avalia suas aplicações financeiras pelo valor justo e reconhece as mudanças no valor justo no resultado.

(ii) Equivalentes de Caixa – Recursos com Restrição

Equivalentes de caixa mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de projetos e/ou demais atividades de fins específicos, contendo restrições sobre a sua utilização, são apresentados separadamente daqueles livres de restrições sobre a sua utilização.

3.6. Ativos e passivos financeiros básicos (contas e títulos a receber e a pagar, e empréstimos bancários ou de terceiros)

A Entidade reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

O ativo ou um passivo financeiro é avaliado pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Uma transação financeira pode acontecer em conexão com a venda de bens e serviços, por exemplo, se o pagamento é postergado além dos termos comerciais normais ou é financiada a uma taxa de juros que não é a de mercado.

3.7. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no método de apuração pelo custo médio ponderado.

3.8. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.9. Ativo Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado

3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

3.11. Apuração do Resultado do Período

O valor do superávit ou déficit é incorporado ao Patrimônio Social e; ainda, o superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, é reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

3.12. Subvenções Governamentais e Doações sem Restrições de Uso

As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento são reconhecidas no resultado.

As doações sem restrição de uso, definidas pelo doador/financiador, são reconhecidas diretamente no resultado simultaneamente ao seu registro no ativo.

Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo.

A receita de subvenção é reconhecida em bases sistemáticas e racionais e confrontada com as despesas correspondentes.

3.13. Renúncia Fiscal – Imunidade e Isenções Fiscais Usufruídas

A isenção é um tipo de subvenção governamental. Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, o registro da subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado.

A imunidade fiscal (CF, art. 150) ocorre de maneira tácita, pela caracterização de entidade sem fins lucrativos. Não havendo a obrigação presente pelo alcance da tributação; as imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado.

3.14. Gratuidade

O benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços é reconhecido pelo valor de custo efetivamente incorrido.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.5*.

Substancialmente, os saldos de caixas e equivalentes de caixa da Entidade estão restritos para uso somente nas obrigações previstas nos convênios e contratos de gestão firmados com a Administração de Pública (subvenções governamentais).

A seguir, apresentamos os saldos de caixas e equivalentes de caixa de uso livre e os saldos com restrição de uso, conforme a área de atuação da Entidade no exercício de 2025:

DESCRIÇÃO	31/12/2025				31/12/2024
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES PRÓPRIAS	GESTÃO DE SAÚDE	TOTAL	
RECURSOS LIVRES - SEM RESTRIÇÕES	635.789	2.482.511	-	3.118.300	6.054.948
CAIXA	3.000	-	-	3.000	11.000
BANCO CONTA MOVIMENTO	8.326	187.905	-	196.231	199.967
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	624.463	2.294.606	-	2.919.069	5.843.981
RECURSOS COM RESTRIÇÃO DE USO	-	-	38.411.204	38.411.204	96.672.908
CAIXA	-	-	9.000	9.000	12.000
BANCO CONTA MOVIMENTO	-	-	2.216.425	2.216.425	2
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	-	-	36.185.779	36.185.779	96.660.906
	635.789	2.482.511	38.411.204	41.529.504	102.727.856

Os recursos recebidos em decorrência de subvenção governamental (convênios e contratos de gestão) são depositados e geridos em conta bancária específica, em instituição financeira pública indicada pela Administração Pública, e, enquanto não realizados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 01 (um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando o prazo previsto para sua utilização for igual ou inferior a 01 (um) mês. Os rendimentos das aplicações financeiras, quando autorizados, serão obrigatoriamente aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

NOTA 05 – VALORES A RECEBER

A política contábil adotada está apresentada nas *notas explicativas nº 3.6. e nº 3.12.*

A Entidade não apresenta saldos de títulos e/ou contratos a receber, oriundos de parcerias com a iniciativa privada, onde a natureza dos recursos é de livre aplicação nos projetos e ações realizadas.

Os recursos a receber com restrição de uso, oriundos dos instrumentos pactuados com a Administração Pública (subvenções governamentais), representam os montantes não recebidos necessários para a cobertura de obrigações já existentes, assumidas na execução das despesas do objeto pactuado (Gestão de Saúde):

DESCRIÇÃO	31/12/2025				31/12/2024
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES PRÓPRIAS	GESTÃO DE SAÚDE	TOTAL	
RECURSOS LIVRES - SEM RESTRIÇÕES	-	-	-	-	-
VALORES A RECEBER	-	-	-	-	-
RECURSOS COM RESTRIÇÃO DE USO	-	-	362.120.302	362.120.302	257.396.560
CONTRATOS DE GESTÃO E TERMOS DE COLABORAÇÃO	-	-	362.120.302	362.120.302	257.396.560
	-	-	362.120.302	362.120.302	257.396.560

5.1. Valores a Receber para Uso Restrito

A fim de permitir um melhor entendimento sobre os recursos a receber de instrumentos pactuados junto à Administração Pública, relacionados a aplicação específica nas atividades de Gestão de Saúde, a Entidade apresenta a evolução da insuficiência nos repasses dos recursos financeiros (déficit):

Financiador/Contratante	Saldo em 31/12/2024	Movimentação em 2025					Saldo em 31/12/2025
		(+/-) Ajustes	(+) Recursos Realizados	(-) Recursos Recebidos	(-) Rend. Aplic. Financ.	(+/-) Reclassific.	
SMS-Rio	202.668.960	224.083	1.263.999.892	(1.141.629.776)	(15.426.634)	(10.761.173)	299.075.352
SMS Itaboraí RJ	-	-	110.430.349	(97.920.820)	(1.063)	(7.309.201)	5.199.265
SMS Fortaleza CE	8.460.393	-	75.024.151	(71.239.312)	(1.073)	-	12.244.159
Prefeitura Munc. Paraty	7.297.380	-	56.005.583	(59.004.509)	(192.074)	-	4.106.380
Prefeitura Municipal Nova Friburgo	3.928.213	-	18.878.590	(17.849.726)	(12.828)	-	4.944.249
Prefeitura Munc. Pinheiral	2.500.853	(1.175.884)	9.672.242	(9.393.973)	(43.738)	-	1.559.500
SES - Santa Catarina	-	-	1.976.466	(15.866.094)	(77.963)	13.967.591	-
VITAL STRATEGIES, INC	-	-	13.357	-	(1.252)	-	12.105
Secretaria Estadual Saúde RJ	24.319.216	201.982	-	-	-	-	24.521.198
CISMEPA	8.221.545	2.236.549	-	-	-	-	10.458.094
FMS Niterói	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	257.396.560	1.486.730	1.536.000.630	(1.412.904.210)	(15.756.625)	(4.102.783)	362.120.302

Os recursos realizados, em conformidade à execução do objeto pactuado, confirmam o atendimento aos requisitos de reconhecimento de valores a receber; observando os critérios de reconhecimento de despesas e demais obrigações a pagar pelo regime de competência.

O detalhamento dos recursos realizados por natureza de despesas considera o critério da segregação de atividades no resultado da Entidade. (*ver nota explicativa nº 11*)

Quando o saldo anterior de valores a receber mais o montante recursos realizados no período for menor que o montante de recursos recebidos, o saldo remanescente é reclassificado para conta específica do passivo. (ver nota explicativa nº 9)

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.6*.

O saldo de outros créditos em 31 de dezembro de 2025 é composto como segue:

DESCRIÇÃO	31/12/2025				31/12/2024
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES PRÓPRIAS	GESTÃO DE SAÚDE	TOTAL	
RECURSOS LIVRES - SEM RESTRIÇÕES	2.157.051	1.819.876	-	3.976.927	557.059
ANTECIPAÇÕES À FUNCIONÁRIOS	47.706	-	-	47.706	114.583
ADIANTAMENTOS À FORNECEDORES	1.895.202	-	-	1.895.202	459.838
IMPOSTOS A RECUPERAR	-	-	-	-	-
CONTRAPARTIDAS CONCEDIDAS	-	-	-	-	-
BLOQUEIOS JUDICIAIS	-	-	-	-	(17.362)
OUTROS CRÉDITOS	214.143	1.819.876	-	2.034.019	-
RECURSOS COM RESTRIÇÃO DE USO	-	-	6.784.379	6.784.379	8.023.823
ANTECIPAÇÕES À FUNCIONÁRIOS	-	-	5.082.456	5.082.456	6.493.567
ADIANTAMENTOS À FORNECEDORES	-	-	1.662.382	1.662.382	1.343.442
IMPOSTOS A RECUPERAR	-	-	12.646	12.646	125.099
CONTRAPARTIDAS CONCEDIDAS	-	-	-	-	-
BLOQUEIOS JUDICIAIS	-	-	-	-	61.715
OUTROS CRÉDITOS	-	-	26.895	26.895	-
	2.157.051	1.819.876	6.784.379	10.761.306	8.580.882

NOTA 07 – ATIVO INTANGÍVEL

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.9*.

Os custos com a filiação do Projeto Pérolas Negras, junto à Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FERJ), permitem a realização e participação em eventos desportivos da prática de futebol profissional; além de contribuir com a geração de recursos financeiros próprios para as atividades de formação acadêmica, socioeducativas e de empreendedorismo dos seus alunos e atletas.

Com a promulgação da Lei da Sociedade Anônima do Futebol (SAF), a filiação junto à FERJ pode ser transferida, por meio de cisão patrimonial, para a constituição de uma nova SAF com participação societária da Entidade.

Em 2025, ocorreram as seguintes movimentações no ativo intangível:

Descrição dos ativos intangíveis	Saldo em 31/12/2024	Movimentação em 2025					Saldo em 31/12/2025
		(+) Aquisições	(+) Gastos Subseq.	(-) Amortização no Período	(-) Redução ao Valor Recuperável	(-) Baixa / Alienação	
Projeto Pérolas Negras (Filiação FERJ)	18.067	-	-	(18.067)	-	-	-
Total	18.067	-	-	(18.067)	-	-	-

A seguir, destacamos o montante de amortização reconhecida para o exercício 2025:

<u>Descrição dos ativos intangíveis</u>	<u>Vida Útil Estimada</u>	<u>Taxa Anual %</u>	<u>Amortização 2025</u>
Projeto Pérolas Negras (Filiação FERJ)	09 anos	11,39	18.067
Total			18.067

a) Vida Útil

A Entidade observou os seguintes critérios na determinação da vida útil do ativo intangível:

- i. a utilização prevista de um ativo pela entidade e se o ativo pode ser gerenciado eficientemente por outra equipe de administração;
- ii. os ciclos de vida típicos dos produtos do ativo e as informações públicas sobre estimativas de vida útil de ativos semelhantes, utilizados de maneira semelhante;
- iii. obsolescência técnica, tecnológica, comercial ou de outro tipo;
- iv. a estabilidade do setor em que o ativo opera e as mudanças na demanda de mercado para produtos ou serviços gerados pelo ativo;
- v. medidas esperadas da concorrência ou de potenciais concorrentes;
- vi. o nível dos gastos de manutenção requerido para obter os benefícios econômicos futuros do ativo e a capacidade e a intenção da entidade para atingir tal nível;
- vii. o período de controle sobre o ativo e os limites legais ou similares para a sua utilização, tais como datas de vencimento dos arrendamentos/locações relacionados; e
- viii. se a vida útil do ativo depende da vida útil de outros ativos da entidade.

b) Teste de Redução ao Valor Recuperável

A Entidade avaliou a existência de qualquer indicação de que o ativo intangível possa estar desvalorizado, não verificando tal indicação. Foram observados os seguintes fatores na avaliação:

- i. Durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu sensivelmente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal.
- ii. Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado.
- iii. O valor contábil dos ativos líquidos da entidade é maior do que o valor justo estimado da entidade como um todo (tal estimativa pode ter sido feita, por exemplo, em relação ao potencial de venda de parte ou de toda a entidade).
- iv. Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de ativo.

NOTA 08 – OBRIGAÇÕES A PAGAR

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.6*.

O saldo de obrigações a pagar em 31 de dezembro de 2025 é composto como segue:

31/12/2025					
DESCRIÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES PRÓPRIAS	GESTÃO DE SAÚDE	TOTAL	31/12/2024
RECURSOS LIVRES - SEM RESTRIÇÕES	4.451.605	1.389.585	-	5.841.190	3.071.521
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	326.289	982.076	-	1.308.365	1.203.921
PROVISÕES TRABALHISTAS	3.824.890	175.282	-	4.000.172	1.080.788
FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	300.426	106.286	-	406.712	624.799
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS	-	125.941	-	125.941	162.013
RECURSOS COM RESTRIÇÃO DE USO	-	-	315.275.686	315.275.686	263.178.219
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	-	-	46.043.541	46.043.541	52.227.758
PROVISÕES TRABALHISTAS	-	-	193.012.708	193.012.708	168.448.271
FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	-	-	40.606.919	40.606.919	18.307.862
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS	-	-	35.612.518	35.612.518	24.194.328
	4.451.605	1.389.585	315.275.686	321.116.876	266.249.740

a) Obrigações Trabalhistas

Representam os salários e ordenados, quando pagos em mês seguinte a que forem incorridos, tomando como base de informação a folha de salários. Os encargos sociais, tais como FGTS e contribuições sindicais, também integram a composição deste saldo.

b) Provisões Trabalhistas

Representam as estimativas para o fundo de provisionamento de recursos destinados a liquidação de remunerações de férias, 13º salário e de indenizações rescisórias; tais como indenizações de aviso prévio e multas rescisórias sobre o saldo do FGTS dos funcionários.

A Entidade aplica critérios geralmente aceitos na determinação da base de estimativa destes provisionamentos.

c) Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Fornecedores representam as obrigações da Entidade decorrentes das compras de produtos e serviços necessários para o desenvolvimento de suas atividades, sejam elas próprias ou não (convênios e contratos de gestão). As obrigações decorrentes de aquisição de ativos e da contratação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone, propaganda, honorários profissionais de terceiros e aluguéis de imóveis e equipamentos também integram a composição deste saldo.

d) Obrigações Tributárias e Previdenciárias

Representam a obrigação da Entidade relativa a valores retidos de empregados e terceiros (fornecedores, locadores, concessionárias, dentre outros) a título de impostos e contribuições sociais e previdenciárias incidentes sobre os salários ou rendimentos pagos/creditados a terceiros, observando a legislação vigente.

NOTA 09 – REPASSES DE RECURSOS FINANCEIROS A REALIZAR

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.12*.

Os recursos a realizar com restrição de uso, oriundos dos contratos de gestão e termos de colaboração, firmados com a Administração Pública (subvenções governamentais), representam os recursos financeiros recebidos e,

ainda, não aplicados na liquidação das obrigações assumidas na execução das despesas do objeto pactuado (Gestão de Saúde).

Financiador/Contratante	Saldo em 31/12/2024	Movimentação em 2025			Saldo em 31/12/2025	
		(+/-) Ajustes	(+) Receitas a Apropriar	(-) Devoluções		(+/-) Reclassificações
SMS Rio	37.959.941	-	-	-	(10.761.173)	27.198.768
SES - Santa Catarina	-	-	-	-	13.967.591	13.967.591
Secretaria Estadual Saúde RJ	9.506.384	-	-	-	-	9.506.384
SMS Itaboraí RJ	7.309.201	-	-	-	(7.309.201)	-
FMS Niterói	2.188.029	(63.442)	-	-	-	2.124.587
Prefeitura de Niterói	-	-	-	(1.944.733)	-	(1.944.733)
Prefeitura Munc. Paraty	-	205.217	-	-	-	205.217
VITAL STRATEGIES, INC	-	-	55.370	-	-	55.370
TOTAL	56.963.555	141.775	55.370	(1.944.733)	(4.102.783)	51.113.184

Quando o saldo anterior de recursos financeiros a realizar mais o montante recursos recebidos no período for menor que o montante de recursos realizados, em conformidade à execução do objeto pactuado, o saldo remanescente é reclassificado para a conta de valores a receber, junto à Administração Pública. (ver nota explicativa nº 5.1)

NOTA 10 – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.10*.

Em 2025, a Entidade avaliou os seus riscos contingenciais, com base em fundamentos das jurisprudências já existentes. A avaliação desses riscos objetiva classificá-los da melhor forma, de acordo com as chances de ocorrência de sua exigibilidade, dentre as seguintes alternativas de classificação: prováveis, possíveis e remotas.

Natureza Causa	Classificação de Risco (posição em 31/12/2025)		
	Provável	Possível	Total
Trabalhista	28.497.389	20.225.920	48.723.309
Cível	10.625.538	53.211.944	63.837.482
Total	39.122.927	73.437.864	112.560.791

As contingências cujos riscos de perda são classificados como prováveis são integralmente reconhecidas no passivo.

DESCRIÇÃO	31/12/2025				31/12/2024
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES PRÓPRIAS	GESTÃO DE SAÚDE	TOTAL	
RECURSOS LIVRES - SEM RESTRIÇÕES	1.196.517	767.892	-	1.964.409	1.840.930
CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS	1.196.517	767.892	-	1.964.409	1.840.930
RECURSOS COM RESTRIÇÃO DE USO	-	-	37.158.518	37.158.518	42.802.490
CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS	-	-	37.158.518	37.158.518	42.802.490
	1.196.517	767.892	37.158.518	39.122.927	44.643.420

A Entidade, com base na opinião de seus consultores jurídicos, julga que o montante reconhecido é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais.

NOTA 11 – SEGREGAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO POR ATIVIDADES/ÁREA DE ATUAÇÃO

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.3*.

A Entidade atua em 03 áreas de atuação estratégica para a consecução das suas finalidades institucionais. Estas áreas de atuação agrupam as atividades e projetos próprios da Entidade; bem como, as atividades propostas pela Administração Pública, pactuados conforme instrumentos previstos na legislação vigente.

Neste contexto operacional (*ver nota explicativa n.º 1*), as atividades e projetos realizados no âmbito da Assistência Social e na área de caráter filantrópico são desenvolvidos a partir da captação de recursos econômico-financeiros junto a financiadores e doadores da iniciativa privada (pessoas jurídicas e/ou pessoas físicas); bem como por meio de parceria público-privada para fomento dos custos e investimentos destas atividades e projetos.

Entretanto, as atividades propostas pela Administração Pública, para apoio nas ações de gerenciamento de unidades públicas de saúde (Gestão de Saúde), são desenvolvidas integralmente com a transferência de recursos econômico-financeiros governamentais, repassados para aplicação em conta específica e exclusiva deste objeto.

Observando que os recursos destinados para as atividades de Gestão de Saúde devem ser registrados em contas segregadas das demais contas próprias da Entidade, bem como o desempenho econômico-financeiro desta atuação ter efeito nulo nas operações, a segregação do resultado por atividades/área de atuação abrange também a aplicação específica dos recursos para a realização do objeto de apoio nas ações de gerenciamento de unidades públicas de saúde.

Para maior entendimento do desempenho destas áreas na situação patrimonial da Entidade, em 2025, o resultado do período, segregado por atividade e abrangente às operações de aplicação específica:

	<u>ASSISTÊNCIA SOCIAL</u>	<u>DEMAIS ATIVIDADES PRÓPRIAS</u>	<u>GESTÃO DE SAÚDE</u>	<u>31/12/2025</u>
DOAÇÕES E RECURSOS SEM RESTRIÇÃO DE USO	13.080.496	5.783.326	-	18.863.822
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES	(10.961.303)	(2.620.076)	-	(13.581.379)
(-) SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS TIPIFICADOS	(10.961.303)	-	-	(10.961.303)
(-) PROJETOS SOCIO AMBIENTAIS, CULTURAIS E DESPORTIVOS	-	(2.620.076)	-	(2.620.076)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT BRUTO	2.119.193	3.163.250	-	5.282.443
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS	(2.462.192)	(855.021)	-	(3.317.213)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(342.999)	2.308.229	-	1.965.230
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	82.923	143.322	-	226.245
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DAS ATIVIDADES PRÓPRIAS	(260.076)	2.451.551	-	2.191.475
RESULTADO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE GESTÃO				
(+) SUBVENÇÕES PARA GESTÃO DE SAÚDE	-	-	1.536.000.630	1.536.000.630
(-) PESSOAL	-	-	(963.034.592)	(963.034.592)
(-) SERVIÇOS CONTRATADOS	-	-	(411.279.291)	(411.279.291)
(-) MATERIAIS DIRETOS	-	-	(56.825.505)	(56.825.505)
(-) MATERIAIS DE USO E CONSUMO	-	-	(34.191.062)	(34.191.062)
(-) EQUIPAMENTOS DIRETOS	-	-	(13.911.663)	(13.911.663)
(-) DEMAIS CUSTOS SUBVENCIONADOS	-	-	(56.758.517)	(56.758.517)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DAS CONTAS DE APLICAÇÕES ESPECIFICAS	-	-	-	-
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO DO PERÍODO	(260.076)	2.451.551	-	2.191.475

NOTA 12 – ATIVIDADES PRÓPRIAS – PROJETOS E ÁREA ADMINISTRATIVA

A fim de permitir um melhor entendimento sobre o comprometimento dos recursos financeiros, nas execuções das atividades e projetos realizados no âmbito da Assistência Social e nas demais atividades próprias, a Entidade apresenta o detalhamento do resultado operacional de 2025, por atividades e projetos:

12.1. Doações e Recursos sem Restrição de Uso

Em 2025, a Entidade auferiu receitas de doações e demais recursos sem restrições de uso por parte de doadores, financiadores e demais parceiros; representando a capacidade de geração de recursos próprios para a execução de serviços e projetos, tanto no âmbito da Assistência Social quanto nas demais atividades de caráter filantrópico. A seguir, detalhamos as receitas para livre uso nos serviços e projetos próprios da Entidade.

DESCRIÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES PRÓPRIAS	31/12/2025	31/12/2024
DOAÇÕES E RECURSOS SEM RESTRIÇÃO DE USO	13.080.496	5.783.326	18.863.822	24.703.942
GESTÃO ADM VIVA RIO - DOAÇÕES PJ E PF	3.720.922	-	3.720.922	1.170.118
ESPAÇO NOVA GERAÇÃO	-	-	-	9.303.382
SAREM	5.385.203	-	5.385.203	8.137.034
PQ ESPORTIVO SOCIAL CARAMUJO	3.043.901	-	3.043.901	2.666.196
JOVEM APRENDIZ - CONTRATO EMPRESAS	318.687	-	318.687	367.959
CEDAE - SEGUIR EM FRENTE	150.000	-	150.000	-
CEDAE - VIVA FAVELA VERDE	250.000	-	250.000	-
VR EFICIENTE	209.537	-	209.537	-
VOLUNTARIADO	2.246	-	2.246	-
PROJETO CORE-RIO GRANDE DO SUL	-	-	-	81.851
PÉROLAS NEGRAS	-	2.174.631	2.174.631	1.477.493
PLANTANDO FUTURO ATRAVÉS DO ESPORTE	-	35.630	35.630	-
SOS EDUCAÇÃO	-	73.065	73.065	-
PROJETO BOLA VIVA	-	3.500.000	3.500.000	-
COMISSÃO DO ESPORTE	-	-	-	1.499.909

12.2. Custos de Serviços e Atividades e Área de Preponderância

A Entidade atuou preponderantemente no âmbito da Assistência Social; considerando o critério da área de atuação própria que apresenta a maior realização de despesas neste período.

A realização de despesas no âmbito da Assistência Social observa a execução de todas as ações tipificadas como serviços socioassistenciais, conforme regulamentos do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, e inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS da respectiva localidade da ação.

Na avaliação da área preponderante, a Administração desconsidera as despesas realizadas na área de gestão de unidades públicas de saúde. Nesta área de atuação, a Entidade não possui unidade de saúde própria registrada, tampouco alguma filial cadastrada como sendo de saúde. Ainda, não possui produção própria de serviço saúde ou presta diretamente serviços complementares ao SUS (oferta de internações hospitalares e/ou serviços ambulatoriais).

Em 2025, a Entidade realizou 81% dos seus custos diretamente atribuíveis aos serviços socioassistenciais tipificados e prestados gratuitamente aos seus beneficiários:

DESCRIÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES FILANTRÓPICAS	31/12/2025
AÇÕES DE PROMOÇÃO E INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO			
PROGRAMA JOVEM APRENDIZ	(49.840)	-	(49.840)
AÇÕES DE HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO PCD RES. CNAS 34/2011			
VIVA RIO EFICIENTE	(59.746)	-	(59.746)
SAREM	(7.688.823)	-	(7.688.823)
SERVIÇOS DE ATENDIMENTO			
ESPAÇO NOVA GERAÇÃO	(39.426)	-	(39.426)
PQ ESPORTIVO SOCIAL CARAMUJO	(3.080.944)	-	(3.080.944)
FAVELA HUB	(5.134)	-	(5.134)
ASSESSORAMENTO			
VOLUNTARIADO (FORMAÇÃO DE REDE VOLUNTÁRIA)	(2.847)	-	(2.847)
DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS			
CEDAE - SEGUIR EM FRENTE	(30.543)	-	(30.543)
CEDAE - VIVA FAVELA VERDE	(4.000)	-	(4.000)
Serviços socioassistenciais tipificados	(10.961.303)	-	(10.961.303)
Projetos socio ambientais, culturais e desportivos	-	(2.620.076)	(2.620.076)
CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES	(10.961.303)	(2.620.076)	(13.581.379)
% de Preponderância CEBAS	81%	19%	100%

Para uma melhor evidenciação da preponderância de atuação, a Entidade não atribui os montantes de despesas administrativas e gerais (não atribuíveis diretamente) aos custos dos serviços socioassistenciais; evitando quaisquer distorções causadas por eventuais critérios de rateio.

12.3. Despesas Administrativas e Gerais

Em 2025, as despesas administrativas e gerais representam os gastos, incorridos ou pagos, para o gerenciamento da Entidade e que não são atribuíveis diretamente nos custos de serviços e projetos realizados.

DESCRIÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES PRÓPRIAS	31/12/2025
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS	(2.462.192)	(855.021)	(3.317.213)
PESSOAL ADMINISTRATIVO	(1.916.088)	-	(1.916.088)
MATERIAIS E SERVIÇOS	(88.159)	(47.546)	(135.705)
MULTAS E TAXAS	(417.724)	(26.677)	(444.401)
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(18.067)	-	(18.067)
DESPESAS (REVERSÃO) DE PROVISÕES	(22.154)	(780.798)	(802.952)

NOTA 13 – IMUNIDADE E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

a) Característica da imunidade

A Entidade é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

1. a Entidade é regida pela Constituição Federal;
2. a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
3. não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
4. não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

b) Requisitos para imunidade tributária - Impostos

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (§ 1º art. 39 do Estatuto Social);
- b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (§ 1º art. 39 do Estatuto Social);
- c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art. 40 do Estatuto Social).

c) Requisitos para imunidade tributária – Contribuições Sociais

A Lei Complementar nº 187, de dezembro de 2021, revogou a Lei nº 12.101/2009 e estabelece os requisitos para a concessão e renovação da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, nas áreas de atuação da Saúde, da Educação e da Assistência; bem como regulamenta a manutenção da imunidade das contribuições sociais, previstas no art. 195, parágrafo 7º, da CF.

NOTA 14 – CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.13*.

Em 21/11/2019, Entidade protocolou tempestivamente o requerimento de renovação do CEBAS, junto ao Ministério da Cidadania, conforme o processo sob o nº 235874.0008986/2019, para o triênio de 22/11/2019 até 21/11/2022.

O processo de renovação se encontra em fase de análise técnica no Ministério da Cidadania.

Em 21/11/2022, Entidade protocolou tempestivamente o requerimento de renovação do CEBAS, junto ao Ministério da Cidadania, conforme o processo sob o nº 71000.092877/2022-81, para o triênio de 22/11/2022 até 21/11/2025. Este processo de renovação está aguardando decisão anterior.

Em 21/11/2025, Entidade protocolou tempestivamente o requerimento de renovação do CEBAS, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), conforme o processo sob o nº 71000.000488/2026-61, para o triênio de 22/11/2025 até 21/11/2028. Este processo de renovação está aguardando decisão anterior.

No decorrer do exercício de 2025, a Entidade fez jus à imunidade da contribuição previdenciária (cota patronal)

31/12/2025					
DESCRIÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES PRÓPRIAS	GESTÃO DE SAÚDE	TOTAL	31/12/2024
RECURSOS LIVRES - SEM RESTRIÇÕES	1.363.234	461.822	-	1.825.056	1.635.234
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL	1.363.234	461.822	-	1.825.056	1.635.234
RECURSOS COM RESTRIÇÃO DE USO	-	-	224.389.547	224.389.547	195.677.390
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL	-	-	224.389.547	224.389.547	195.677.390
	1.363.234	461.822	224.389.547	226.214.603	197.312.624

A seguir, a Entidade apresenta o montante de benefício fiscal usufruído por órgão da Administração Pública, na execução das atividades de apoio nas ações de gerenciamento de unidades públicas de saúde.

Imunidade Tributária Usufruída em 2025	
Financiador/Contratante	R\$
SMS-Rio	201.291.570
Prefeitura Munc. Paraty	8.660.552
SMS Fortaleza CE	4.695.500
SMS Itaboraí RJ	4.199.429
Prefeitura Municipal Nova Friburgo	3.564.077
Prefeitura Munc. Pinheiral	1.619.899
SES-Santa Catarina	358.520
TOTAL	224.389.547

NOTA 15 – COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Os seguros têm por objetivo reembolsar, até o limite máximo da importância segurada das quantias pelas quais o Segurado vier a ser o responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expresse pela Seguradora, relativas às reparações por danos involuntários pessoais e/ou materiais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência deste contrato e que decorram de riscos cobertos.

NOTA 16 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os valores de mercado dos principais ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e equivalem ao seu valor contábil. Os principais instrumentos financeiros da Entidade são:

- Caixa e equivalentes de caixa – está apresentado ao seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo;
- Contas a receber – apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.
- Demais contas a receber e a pagar – são classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos de atualização monetária quando aplicável.

Não existem operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025.

NOTA 17 – COMPROMISSOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os registros contábeis e as operações estão sujeitos aos exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026.

Pedro Daniel Strozenberg

Diretor Executivo

CPF.: 012.240.057-75

Rodrigo Napolitano dos Santos

Contador

CRC-RJ 107.680/O-0